



ACTA Nº 7/2011

DA 1ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2011
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 26 DE SETEMBRO DE 2011

-----No dia 26 de Setembro de 2011, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de Setembro, convocada ao abrigo do nº 1 do Artigo 49º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro e 67/2007, de 31 de Dezembro, das alíneas a), q), u) e v) do nº 2 do Artigo 19º, do nº 1 do Artigo 23º, do nº 3 do Artigo 26º e nº 2 do Artigo 29º, todos do respectivo Regimento, os Deputados da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- PONTO 1 - *Apreciação e votação da proposta de Plano de Pormenor de Bensafrim;*
- PONTO 2 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de alteração aos artigos: 2º, 3º, 8º, 9º e 13º do Regulamento Municipal dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e da Prestação de Serviços do Município de Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de lançamento de derrama a cobrar no ano de 2012;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2012;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no ano de 2012;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a aplicar no ano de 2012.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Dado o pedido de substituição para este dia da Sra. Ana Cristina Olivença (PS), Segunda Secretária da Mesa, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), convidou para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa, durante esta Reunião, uma Deputada Municipal do Grupo do PSD, Sra. Isabel Azevedo (PSD). Verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 52 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO(A) DEPUTADO(A) MUNICIPAL
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro



Fl. 53v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria Fernanda Pires Miranda de Carvalho Afonso
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Pedro Manuel Santa Rita Figueiredo Magalhães (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Rui Manuel Furtado Barros dos Santos
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Isabel Maria da Silva Matos Azevedo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDS	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Manuela José Goes Ferreira da Silva

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Acta, os seguintes Deputados Municipais:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)



PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
----	--

-----**SUBSTITUIÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	José Valentim Rosado	Sessão Ordinária de Setembro/2011	Rui Filipe Machado de Araújo
PSD	Eurico José dos Reis Correia	1 dia	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)	1 dia	Gonçalo Alexandre da Palma Marreiros

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Júlio José Monteiro Barroso - Presidente
PS	António Marreiros Gonçalves - Vice-Presidente
PS	Jorge Bugalho Serpa - Vereador
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque - Vereador
PSD	Nuno Pedro dos Santos Borges Marques - Vereador
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis - Vereador

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Livónia Cristina Cravinho Xavier - Vereadora

-----**TOMADA DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA:** Ao abrigo do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18/07, foi convocado, para estar presente na 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Setembro de 2011, para tomar posse como Membro efectivo do Conselho Municipal de Segurança o seguinte cidadão: **NUNO RODRIGO ROSA PAIXÃO** – Procurador Adjunto - Ministério Público da Comarca de Lagos.-----

-----Verificada a conformidade formal e após ter prestado o juramento, procedeu à assinatura do respectivo auto, ficando investido nas suas funções.-----

-----**ACTAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a sua leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes



Fl. 54v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

actas:

-----Acta nº 5/2011 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de Junho de 2011.-----

-----A Acta nº 5/2011 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	17	3	1	1	0	22
ABSTENÇÕES	0	2	0	0	1	3
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 43/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta nº 5/2011 da 1ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de Junho de 2011.-

-----Acta nº 6/2011 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de Julho de 2011.-----

-----A Acta nº 6/2011 obteve o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	3	1	1	1	21
ABSTENÇÕES	2	2	0	0	0	4
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0

-----**DELIBERAÇÃO Nº 44/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Acta nº 6/2011 da 2ª Reunião da Sessão Ordinária de Junho de 2011 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 4 de Julho de 2011.----

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O munícipe Sr. Carlos Lucas, em representação do Clube Desportivo da Escola Secundária Gil Eanes, demonstrou a tristeza sentida pelo Clube Gil Eanes pela forma como, ultimamente, tem sido tratado por alguns lacobrigenses. Referiu que o Clube não merece. Disse que nos últimos vinte anos o Clube tem representado, não só o andebol, mas o Concelho, de uma forma honrosa. Informou que o Clube tem um largo historial de titulo e prémios conquistados, entre os quais os de Campeões Nacionais de Seniores Femininos. Acrescentou que o Clube tem dignificado o nome do Concelho de Lagos em Portugal e no estrangeiro. Referiu que a forma como o Clube tem sido tratado por alguns lacobrigenses, deve ser por desconhecimento do trabalho desenvolvido e pelas conquistas do Clube e não por outra razão qualquer, pelo que informou que iria fazer chegar um dossiê à Assembleia Municipal com toda a história e historial do Clube.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DA DEPUTADA MUNICIPAL	HORA
PS	José de Jesus Figueiras Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de S. João)	20.59



PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	20.59
----	--	-------

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 149/2011 a 238/2011, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 123/2011 a 174/2011, inclusive.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que há uma missiva/abaixo-assinado de um grupo de trabalhadores da Câmara Municipal e um dossiê do Andebol Clube Costa Doiro, que solicitam a distribuição por todos os Deputados Municipais, mas o despacho do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não foi nesse sentido, pelo que deixou a sua estranheza relativamente ao despacho do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----**INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) leu o seguinte Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU: “No passado dia 2 de Setembro faleceu David Arnaldo Paulo de Oliveira. Lacobrigense por opção, ao longo da sua vida profissional em Lagos exerceu diversas actividades, das quais destacamos director de produção da fábrica de mármore IMAAL. Professor na Escola Gil Eanes e empresário hoteleiro. Como cidadão amante da democracia e após o 25 de Abril foi eleito para a Primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lagos, de 1974 a 1976. Foi eleito para a Assembleia Municipal de Lagos nos mandatos de 1980 a 1982 e 1983 a 1985. Em sua memória, propomos: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de Setembro delibere: 1. Manifestar o seu voto de pesar pelo falecimento de David Arnaldo Paulo de Oliveira, cumprindo um minuto de silêncio. 2. Expressar as suas sentidas condolências à sua esposa e filhos.”-----

-----Posto isto foi o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, colocado à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 45/AM/2011:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente foi, pelo Plenário, cumprido um minuto de silêncio em memória de David Oliveira.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “No passado dia 15 de Novembro de 2010 realizou-se em Lagos uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal cujo tema foi Igualdade na Diversidade com Vista a Uma Sociedade Justa. Nesta Sessão Extraordinária participaram também a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e duas Instituições Locais, o CASLAS / Casa Santo Amaro e o NECI. Considerando a importância desta iniciativa e a necessidade de continuar a sensibilizar as populações para esta temática. Considerando que a prossecução das políticas de desenvolvimento local deve incorporar a promoção da igualdade de



Fl. 55v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

género como forma de combate à discriminação. Considerando a importância do envolvimento activo da população escolar, com uma aposta na educação de valores para a igualdade de género junto dos mais jovens e da população em geral. Considerando o atrás exposto o eleito da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõe que: A Assembleia Municipal de Lagos delibere: 1. Criar o Dia Municipal para a Igualdade de Género. 2. Envolver a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, as escolas e as organizações locais na preparação das iniciativas a desenvolver.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocado à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 46/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que: 1. A criação de hortas urbanas é uma iniciativa que permite simultaneamente: - Ocupar de uma forma sadia, os tempos livres dos munícipes; - Reduzir os gastos das famílias na aquisição de produtos alimentares; - Ocupar terrenos municipais devolutos que, normalmente, constituem um problema em termos de (in)segurança das populações e de custos de manutenção; - Contribuir para a redução da ocupação indevida de terrenos municipais; - Divulgar boas práticas em termos de agricultura biológica e em termos de reciclagem de resíduos; - Possibilitar a inúmeros munícipes e em especial às crianças das zonas urbanas, um contacto directo com a Natureza. E dado que: A profunda crise económica e social que se vive no País, que tem uma particular incidência na nossa Região, levou ao brutal aumento do desemprego e à existência de muitas situações de carência económica e alimentar. O eleito da CDU propõe que: A Assembleia Municipal de Lagos delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos que: 1. Seja efectuado um levantamento dos terrenos disponíveis que reúnam condições para a criação de Hortas Urbanas. 2. Organizar o processo de delimitação e atribuição dos lotes disponíveis aos munícipes interessados, bem como um regulamento de utilização. 3. Estabelecer um protocolo de colaboração com a ALGAR com vista ao desenvolvimento desta iniciativa.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se a Câmara estava a desenvolver um projecto semelhante ao proposto pela CDU.---

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, informou que a Câmara Municipal já está a desenvolver um projecto idêntico ao proposto e em condições de vir a ser implementado em breve.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a bancada do PS iria votar contra a recomendação da CDU, uma vez que projecto idêntico está a ser desenvolvido pela Câmara Municipal e já numa fase bem adiantada, pelo que não acha necessário aprovar a recomendação em causa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que não havia uma única deliberação da Câmara sobre este assunto, assim como não existia uma única informação do Sr. Presidente da Câmara prestada à Assembleia Municipal sobre este assunto, pelo que



----- manteve a Proposta de Recomendação.-----
----- Posto isto foi a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	1	1	1	8
ABSTENÇÕES	1	0	0	0	0	1
VOTOS CONTRA	18	0	0	0	0	18

----- **DELIBERAÇÃO Nº 47/AM/2011:**

----- **Reprovada**, por maioria, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

----- Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Aprovou a Assembleia Municipal de Lagos por unanimidade em 26 de Junho de 2006 uma proposta que declarava para a área do Município de Lagos a proibição do cultivo de plantas geneticamente modificadas. Após esta deliberação foi desenvolvido o processo, de acordo com a portaria nº 904/2006 de 4 de Setembro que culminou com a publicação do Despacho nº 25 306/2007 de 5 de Novembro da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve que estabeleceu a totalidade da área do Município de Lagos, como zona livre do cultivo do milho geneticamente modificado, por um período máximo de 5 anos a contar da data da publicação do referido despacho. Com esta decisão o Município de Lagos foi o 1º Município da União Europeia Livre de Cultivo de Milho Geneticamente Modificado. Com a publicação da Portaria nº 1611/2007 de 20 de Dezembro que alterou o artº 12º da Portaria nº904/2006 a iniciativa de requerer o estabelecimento de uma zona livre ou a sua renovação, passou a ser da Câmara Municipal. Considerando que se mantêm os pressupostos que levaram à aprovação pela Assembleia Municipal de Lagos Município Livre do Cultivo de Plantas Geneticamente Modificadas. O eleito da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõe: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de Setembro de 2011 delibere: 1. Manifeste a sua concordância com a Renovação da Declaração de proibição para a área do Município de Lagos do cultivo de plantas geneticamente modificadas. 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lagos o desencadear do processo de renovação da Declaração de “LAGOS MUNICÍPIO LIVRE DO CULTIVO DE PLANTAS GENETICAMENTE MODIFICADAS”.”-----

----- Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO Nº 48/AM/2011:**

----- **Aprovada**, por unanimidade, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

----- Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A existência de hospitais na cidade de Lagos remonta ao início do século XV. Mais tarde, por volta de 1500, foi fundada a Santa Casa da Misericórdia de Lagos, tendo sido criado um hospital. Existiram



Fl. 56v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS**

nomeadamente, gafarias e um Hospital Militar. Nos anos 60 do século vinte o Hospital da Misericórdia de Lagos passou a concelhio. Há 6 séculos que a população de Lagos e concelhos limítrofes tem um hospital a que pode acorrer em situação de doença ou catástrofe. Nos últimos vinte anos, face à degradação do edifício, têm sido inúmeras as tomadas de posição por parte das autarquias locais, das populações dos concelhos de Lagos Aljezur e Vila do Bispo e dos trabalhadores do hospital reivindicando a sua realocização, e igualmente numerosas as promessas dos diferentes governos que se foram sucedendo. No entanto tudo continua na mesma, com investimentos pontuais que não conseguem esconder o essencial: é impossível manter um hospital neste edifício e com esta localização. Havendo disponibilidade de terrenos para a construção de um novo Hospital em Lagos e sendo evidente a necessidade imperiosa do mesmo no sentido de evitar deslocações mais dispendiosas para as populações, criar melhores condições no acesso aos cuidados de saúde, assegurar condições de trabalho dignas da dedicação e disponibilidade revelada por todos os que hoje trabalham no velho hospital, em condições de enormes dificuldades e evitar sobrecargas negativas sobre o Hospital de Portimão. De salientar que na última década os concelhos de Lagos e Aljezur registaram um significativo aumento da população de 21,1% e de 11,3% respectivamente, o que se reflecte na maior procura dos serviços de saúde. Assim, considerando o importante papel que cabe à Assembleia Municipal de Lagos na defesa dos interesses do município. O eleito da CDU na Assembleia Municipal de Lagos, propõe que: A Assembleia Municipal de Lagos delibere: 1. Exigir do Governo que não atrase mais uma decisão no sentido de avançar com a construção do novo Hospital de Lagos. 2. Dar conhecimento desta proposta às autarquias das Terras do Infante solicitando a sua subscrição. 3. Dar conhecimento desta proposta à Assembleias da República, Governo e órgãos de Comunicação social.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a respectiva apresentação da Proposta.-----

-----A Sra. Sara Coelho (PS) anúncio o voto contra do PS na Proposta apresentada pela CDU e que depois apresentava Declaração de Voto.-----

-----Posto isto foi a Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	5	1	1	1	8
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	18	0	0	0	0	18

-----**DELIBERAÇÃO Nº 49/AM/2011:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da sala, o Deputado Municipal, Sr. Hugo Pereira (PS).-----

-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Sara Coelho (PS): “A necessidade de um novo hospital na cidade de Lagos noutros moldes que não os do hospital actual foi já assumida pelo conselho de administração do Centro Hospitalar do Barlavento



Algarvio e considerada como necessária pelo Ministério da Saúde do anterior governo e também por esta Assembleia Municipal. A construção do novo hospital foi e é por todos, incluindo esta bancada, encarada como uma necessidade emergente para as populações dos concelhos que dele se servem: Lagos, Aljezur e Vila do Bispo. Assim, votamos contra esta moção apresentada pela CDU porque: 1 – Considerando o momento crítico que o país atravessa no plano económico e financeiro, levando às mais variadas medidas de contenção da despesa; 2 – Considerando o agravamento que se verifica nos vários impostos a que estamos todos sujeitos e o esforço que, enquanto contribuintes, temos que efectuar; 3 – Considerando o acordo celebrado entre Portugal e a Troika, no qual este se compromete à redução do défice no sentido do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento; A bancada do Partido Socialista é da opinião de que a construção do novo Hospital de Lagos, embora de extrema importância, não deverá ocorrer num momento em que o país e a autarquia necessitam de conter a despesa pública. O embarque num investimento com um custo que está orçamentado em 27 milhões de euros levará à contracção de um esforço ainda maior da parte dos contribuintes sendo que a actual situação do país não permite, a bem dos seus cidadãos, a contracção de mais dívida e, por conseguinte, de um esforço acrescido e impossível. Não consideramos essa atitude como sendo socialista. A bem das populações de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo, apelamos, no entanto, ao governo, no sentido da manutenção do funcionamento do actual Hospital e dos serviços nele existentes, e à construção do novo espaço assim que o país esteja em condições de efectuar tal investimento.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O matadouro que existia no Algarve foi encerrado em 2007 por ordem da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e, desde então, os produtores algarvios têm que ir abater os animais aos locais mais próximos, Beja e Montijo, com custos elevados devido à necessidade de transporte dos animais vivos até essas cidades, fazendo depois o percurso inverso com as carcaças. A existência de um matadouro no Algarve continua a ser apontada como necessária por produtores de carne, pelas autarquias locais e pelas autoridades regionais de agricultura. Esta preocupação tem sido manifestada também pela ASCAL nas reuniões realizadas com a Comissão Especializada da Assembleia Municipal. Considerando que no passado dia 6 de Abril a Assembleia da República aprovou a Resolução nº 97/2011 cujo teor se transcreve: «A Assembleia da República resolve, nos termos do nº 5 do artigo 166º da Constituição, promover a construção do matadouro público regional do Algarve, solução imediata de abate para as características de produção animal da região, no sentido de ultrapassar os constrangimentos causados aos produtores, com consequências para os consumidores e para a economia da região». O eleito da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõe: Que a Assembleia Municipal de Lagos solicite informações à Assembleia da República e ao Ministério da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território sobre as diligências efectuadas para a concretização da Resolução nº 97/2011 de 6 de Abril.”-



Fl. 57v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 50/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Após a adopção da Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972, alguns Estados – membros, manifestaram interesse em ver criado um instrumento de protecção do património imaterial. Assim a UNESCO viria a adoptar, em 1989, a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore. A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial aprovada em Outubro de 2003, entrou em vigor a 20 de Abril de 2006. A Convenção de 2003 tem por objectivos: a) A Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. b) O respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos em causa. c) A sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo. d) A cooperação e o auxílio internacionais, no quadro de um mundo cada vez mais globalizado que ameaça uniformizar as culturas do mundo aumentando simultaneamente as desigualdades sociais. Património cultural imaterial ou património intangível é uma concepção de património cultural que abrange as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito da sua ancestralidade, para as gerações futuras. São exemplos de património imaterial: os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes e outras tradições. A Resolução da Assembleia da República nº 12/2008 de 24 de Janeiro ratificou a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Sendo posteriormente publicado o Decreto – Lei nº 139/2009 que aprova o regime jurídico da salvaguarda do património imaterial e que atribui ao Instituto dos Museus e da Conservação e às Direcções Regionais da Cultura a coordenação e o apoio à inventariação do património cultural imaterial. Face ao exposto eleito da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõe: Que a Assembleia Municipal de Lagos delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos que proceda às diligências necessárias para a criação do inventário do Património Cultural Imaterial do Município de Lagos. Convidando para o efeito as Juntas de Freguesia, escolas, associações e demais munícipes interessados.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi a Proposta de Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 51/AM/2011:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, a Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que a Troika estrangeira em conjunto com os que no nosso país subscreveram o programa de



agressão e submissão pretendem impor a redução substancial de autarquias (freguesias e municípios); Considerando que o poder local democrático, indissociável da existência de órgãos próprios eleitos democraticamente, com poderes e competências próprias e agindo em total autonomia face a outros órgãos e, submissão apenas à Constituição, às leis, aos tribunais em sede de aplicação dessas mesmas leis e ao povo, é parte da arquitectura do Estado Português; Considerando ainda que as autarquias constituem um dos pilares da democracia pelo número alargado de cidadãos que chama a intervir, como representantes do povo, na gestão da coisa pública, pelas oportunidades de participação efectiva dos cidadãos em geral nas decisões que lhes interessam, pela forma aberta e transparente da sua acção e ainda pelas realizações concretas que promove e têm contribuído para a melhoria da salubridade, das acessibilidades, dos transportes, do acesso à saúde, à educação, à cultura e à prática desportiva; Considerando que o poder local democrático e as pessoas territoriais que o integram detêm atribuições únicas essenciais ao bem-estar das pessoas, à representação e defesa dos interesses populares e à concretização da vida em sociedade; Mais considerando que é herdeiro de tradições centenárias (milenares no caso de muitas das freguesias que querem ver extintas) em cujo caldo se consolidaram e sobrevivem elementos essenciais da identidade comunitária à escala local e a própria identidade nacional, deles diversa, mas que os integre na sua múltipla diferença; Considerando, por fim que é residual o peso do poder local nas contas públicas e, em especial, ínfimo o das freguesias; Considerando que de há muito que alguns não se conformam com o carácter avançado, democrático e progressista do poder local e que alguns outros, em particular, de há muito consideram as freguesias como algo dispensável e até incómodo; Considerando que a seriedade e coerência de qualquer reforma da organização administrativa que se pretenda eficaz deve considerar prioritariamente a criação das Regiões Administrativas e não a extinção de freguesias ou municípios; A Assembleia Municipal de Lagos reunida em 26 de Setembro de 2011 delibera: 1. Manifestar a sua convicção de que pela exiguidade dos recursos públicos que são afectos e pela forma exemplar como são aplicados. a) As autarquias locais têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público, indispensáveis ao progresso local, no combate às assimetrias regionais e, no presente quadro, às acções que contribuam para atenuar os efeitos da crise e em particular aos reflexos sociais mais negativos que a aplicação do actual programa de ingerência externa está a impor aos portugueses, b) A extinção de autarquias que em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública, não só acarretará novos e maiores gastos para um pior serviço às populações, como constituirá um factor de empobrecimento da vida democrática local. 2. Repudiar a intenção de extinguir as autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação, seja por recurso a qualquer forma de engenharia política, que lhes retire o que têm de essencial, a saber, os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento nas condições de autonomia previstas na Constituição da República.”-----
-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse compreender a apresentação do documento



Fl. 58v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

por parte da CDU. Referiu que a reforma da administração pública é essencial para a reorganização do Estado e para o reequilíbrio das contas públicas, por isso não pode concordar com os fundamentos do documento em discussão. Anunciou o voto contra na Moção apresentada pela CDU.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a principal referência, sobre o assunto, é a despesa pública e referiu que as Freguesias representam 0,10% do Orçamento do Estado, portanto não é pela questão económica que se vai extinguir Freguesias e a questão da despesa pública não deve servir de argumento.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse compreender a posição do Sr. José Manuel Freire, contudo a reorganização do Estado, ou de qualquer serviço público, terá sempre questões economicistas, bem como outras questões. Em relação à reforma da administração pública disse que há que ver o sentido em que a mesma vai ser definida e materialmente executada pelo actual Governo, sendo que falta ainda sair a legislação. Afirmou que urge fazer a reforma da administração pública e não é o facto das Freguesias terem um peso de 0,10% no Orçamento de Estado que faz com que tudo esteja bem na administração local, como parece acreditar o Grupo Municipal da CDU. Referiu ainda que existem determinadas situações que têm que ser corrigidas e que quando o projecto legislativo for apresentado, aí sim, devem ser tomadas as respectivas posições.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere) disse que a maior parte da Freguesias só consegue funcionar graças às transferências de competências dos Municípios e se isso deixar de se verificar, muitas Freguesias fecham portas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que já tinha saído uma matriz do Conselho de Ministros que explica como vai ser feita a reforma, tendo sido hoje apresentado o Livro Verde que dá a conhecer mais pormenores sobre a reforma das autarquias locais. Referiu que os dados estão lançados e não é depois de sair a legislação que se vão dar opiniões. Em relação ao referido pelo Sr. Luís Bandarra, disse que é um outro assunto.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que a posição do PS não é tão radical quanto aquela expressa no documento da CDU. Referiu que o PS vai querer ver o que vai ser posto em cima da mesa para depois tomar uma posição. Anunciou o voto contra do PS e apresentação de Declaração de Voto.-----

-----Posto isto foi a Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, colocada à votação, tendo a mesma obtido o seguinte resultado:

	PS	PSD	CDS	CDU	BE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	0	0	0	1	0	1
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	1
VOTOS CONTRA	19	5	1	0	0	25

-----**DELIBERAÇÃO Nº 52/AM/2011:**

-----**Reprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.



-----Declaração de Voto efectuada pela Sra. Sónia Melo (PS): “A bancada do Partido Socialista votou contra esta moção apresentada pela CDU porque: 1 – Conscientes dos sacrifícios pedidos, sabemos honrar os compromissos assumidos com as instituições internacionais que, no momento difícil que o nosso país atravessa, se disponibilizaram para, em conjunto, construir/propor soluções e fornecer instrumentos que nos ajudem a debelar a crise. 2 – Os partidos políticos subscritores do acordo, submeteram-se às eleições de 5 de Junho e foram sufragados por mais de 80% dos votos. Isto é democracia. 3 – Iremos pugnar para que a reorganização administrativa seja concretizada em diálogo constante e construtivo com as populações e os seus representantes eleitos, no respeito pelas especificidades locais e na certeza de que as reformas se fazem com o povo e não contra o povo. 4 – Repudiamos a visão maniqueísta da sociedade patente na moção em que, de um lado estão aqueles (os autores da moção) que se arvoram em defensores do povo e se arrogam como último reduto da “seriedade e da competência” e do outro lado estão os outros, os “subscritores dos programas de agressão e submissão”. Isto não é democracia, é sectarismo.”-----

-----Declaração de Voto efectuada pelo Sr. Nuno Serafim (PSD): “Portugal tem 308 Concelhos e 4 259 Freguesias. Perante o acordo internacional celebrado entre o FMI, a União Europeia e o Estado Português, em que o Estado obrigou-se a reduzir e a reformar a administração pública até Julho de 2012 de forma a conseguir a reforma da administração pública e o reequilíbrio das contas públicas, o Partido Social Democrata votou contra a Moção da CDU.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Desde a década de 70 que a Ria de Alvor tem sido objecto de vários estudos e debates quanto à melhor forma de conciliar os interesses das populações locais e a salvaguarda do seu património natural e cultural. Em 1980 o Instituto Nacional da Investigação e Pescas, propôs a criação de uma Reserva natural na Ria de Alvor, que mereceu a concordância do Secretário de Estado do Ambiente de então. Em 1988 o Serviço Nacional de Parques apresentou um projecto para a criação da Área protegida da Ria de Alvor. Em 1991 foi aprovado o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, no qual se definem as zonas húmidas da Ria de Alvor como áreas de protecção da natureza. Em 1992 foi criado, para funcionar junto do Ministério do Ambiente, um grupo interministerial com o objectivo de serem criadas regras de ordenamento e gestão da Ria de Alvor. Em 1995 foi aprovado o Plano Regional de Turismo do Algarve, onde se define que a Ria de Alvor deve ser assumida como «Zona Tampão», reconhecida pelo seu valor natural de zona húmida. Em 1996 o Instituto de Conservação da Natureza (ICN) apresentou a 1ª fase da lista nacional de Sítios a integrar a Rede Natura 2000, sendo que a Ria de Alvor foi excluída, mesmo possuindo cerca de 1 700 hectares onde estão identificados habitats e espécies referenciados pela União Europeia. Em 2000 o ICN voltou a propor a integração de 833 hectares (de um total de 1 454 hectares) da Ria de Alvor na 2ª fase da Rede Natura, deixando de fora terrenos, onde estão classificados habitats e aves incluídos nas listas das directivas Comunitárias, que pertencem a empresários com actividade



Fl. 59v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

na área do imobiliário. Em 2000 a Ria de Alvor é integrada na rede Natura e é assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Portimão e o ICN para elaboração de um Plano de Pormenor para a Ria de Alvor, que nunca foi executado. Em 2004 foi criada uma comissão intermunicipal entre as Câmaras Municipais de Portimão e de Lagos com vista à criação da área de paisagem protegida intermunicipal da Ria de Alvor a integrar a Rede Nacional das Áreas Protegidas. Em Fevereiro de 2005 foram aprovados pela Assembleia Municipal de Lagos os Estatutos da Associação de Municípios da Ria de Alvor (Lagos / Portimão). A Associação tem como principal objectivo a criação de uma Área Protegida, a defesa, valorização e ordenamento da Ria de Alvor. Sendo internacionalmente reconhecida a importância da Ria de Alvor, que determinou a sua classificação como Sítio, ao abrigo da Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional e a sua inclusão na Rede Natura 2000. Encontrando-se a nível nacional, incluída na Rede Biótopos Corine, os seus solos classificados nas reservas Ecológica e Agrícola Nacionais e como Espaço de Fomento Agro-Florestal, integrando ainda a Lista Nacional de Sítios. Considerando que todos os instrumentos de ordenamento e desenvolvimento da Região do Algarve reconhecem a importância da área que abrange a Ria de Alvor como património a preservar. Considerando que a nível geológico, a Ria de Alvor é o melhor exemplar de uma baía – barreira em toda a Europa e o melhor conservado a nível da zona mediterrânica. Considerando serem estimados em 85% os sapais salgados existentes no Barlavento Algarvio que desapareceram nos últimos 100 anos. Considerando que a importância da Ria de Alvor ultrapassa largamente o interesse regional, sendo a área a proteger e os valores que comporta de interesse nacional, não se entende como nem por que ainda não foi criada a Reserva Natural da Ria de Alvor. Nestes termos o eleito da CDU na Assembleia Municipal de Lagos propõe: A adopção, imediata das medidas necessárias à criação da Área Protegida da Ria de Alvor e que a mesma seja classificada como Reserva Natural da Ria de Alvor.”-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) anunciou que o Grupo Municipal do PS se iria abster e solicitou que a Assembleia Municipal solicitasse à CCDR e à Associação de Municípios da Ria de Alvor informação sobre o teor do documento apresentado pela CDU.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) propôs que o documento baixasse à Comissão Permanente, para que todas as Bancadas, de alguma forma, contribuam para um documento final sobre o assunto, depois de recolherem o máximo de informação sobre o assunto.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse concordar com o proposto pelo Sr. Nuno Serafim.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse não perceber a necessidade do documento baixar à Comissão Permanente, porque está claro o que está no documento apresentado. Referiu que o que está em causa é a classificação da Ria de Alvor, há muito reivindicada, como área protegida e sem desenvolvimentos nos últimos seis anos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse ter a noção da gravidade do assunto em



discussão e o Grupo Municipal do PSD não tem pretensão em atrasar o assunto, mas acha preferível sair um documento subscrito por todas as Bancadas e não por uma maioria da Assembleia Municipal. Referiu que pode ser promovida uma reunião com o Ministério competente para se ter a perspectiva actual sobre o assunto.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) disse que apesar da proposta estar explícita era da opinião da mesma baixar à Comissão Permanente para um aprofundamento do assunto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse aceitar a descida do documento à Comissão Permanente desde que seja assumido o compromisso da mesma voltar na próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----

-----Tendo sido aceite este repto, baixou a proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, à Comissão Permanente.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 21 horas e 50 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 12 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO Nº 53/AM/2011:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Não participaram nesta votação, por se encontrarem ausentes da sala os Srs. Deputados Municipais, Fernando Marreiro (PSD), Nuno Serafim (PSD), Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) e Rui Araújo (PSD).-----

-----**PONTO 1 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO DE PORMENOR DE BENSFRIM:** Foi dispensada a leitura da documentação para este ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados Municipais da Assembleia, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob os números D-503-20.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, fez a respectiva introdução a este assunto e apresentou a equipa que elaborou o Plano.-----

-----Seguidamente teve lugar a apresentação do Plano de Pormenor de Bensafirim, por parte da empresa que o elaborou – OA – Oficina de Arquitectura, tendo representado a empresa a Sra. Arq^a Mónica, estando presente ainda o Sr. Eng. Silva e a Sra. Dra. Ana Marreiros, por parte da equipa técnica da Câmara Municipal que acompanhou todo este processo.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que o Plano não esclarece o definido para o actual parque urbano e à envolvente aos armazéns lá construídos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a elaboração do Plano em discussão decorre há cerca de catorze anos, sendo que a Freguesia de Bensafirim, na última década, estagnou, em termos de crescimento de número de habitantes, pelo que



Fl. 60v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

perguntou se a proposta apresentada está actualizada.-----

-----O Sr. João Luís (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim) disse que o Plano peca por tardio, havendo situações que podiam ter tido outro desenvolvimento, como a zona industrial, que, em tempos, teve muita procura, a ampliação do cemitério. Em relação ao facto da população de Bensafrim ter estagnado, disse que um factor a ter em conta é o facto da população de Bensafrim ser idosa, tendo falecido muita gente nos últimos anos. Disse que tinham sido criadas condições para fixação de jovens na Freguesia e isso verificou-se. Referiu ainda que muitos equipamentos foram concretizados mesmo sem o Plano de Pormenor estar aprovado e transmitiu a sua mágoa pelo facto de não ver contemplada uma pequena zona industrial, para Bensafrim, no Plano de Pormenor.-

-----A Sr. Manuela Goes (BE) disse o seguinte: “O Plano respeita os objectivos a que se propõe, nomeadamente estruturantes à volta da consolidação do núcleo urbano, pré-existente, respeitando as áreas naturais, melhorando as acessibilidades e áreas de lazer, se bem que não promove uma reabilitação do edificado existente. No entanto, em linhas gerais, é um Plano bem estruturado, o que não sucede com outros Planos como o da Meia Praia, que criou uma nova Dinâmica urbana à custa de áreas naturais, ou do Chinicato que prevê a duplicação da área urbana, isto num momento de contracção imobiliária e da previsível redução do aumento da população no Concelho. Com estes argumentos, queremos dizer que vamos votar favoravelmente este Plano.”-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que nos últimos anos a gestão urbana da Vila de Bensafrim foi feita de uma forma organizada e já respeitando o que estava contemplado na proposta de Plano. Referiu que a Freguesia de Bensafrim não cresceu muito, em termos de população, nos últimos dez anos, mas a Vila de Bensafrim tem muito mais gente. Afirmou que o Plano é equilibrado e que esperava que o mesmo se desenvolvesse, no todo, ao longo dos próximos dez anos. Disse que a obra da ampliação do cemitério ainda não se concretizou por dificuldades de negociações com os proprietários do terreno para o efeito, esperando que o Plano ajude no processo de expropriação. Lamentado o tempo que levou para ser elaborado o Plano, mas informou que todos fizeram o que estava ao seu alcance para que o mesmo andasse o mais rápido possível.-----

-----A Sra. Arq^a Mónica da empresa OA – Oficina de Arquitectura, disse que o Plano não identifica áreas de expansão, mas sim áreas do núcleo já existente, acrescentando que o Plano identifica algumas medidas no sentido de melhorar as novas construções, impondo regras.-----

-----O Sr. Eng. Silva, Director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal, disse que o Plano vai no sentido de retirar os armazéns mencionado pelo Sr. Fernando Marreiro, uma vez que não os contempla. Referiu que o edificado mencionado, já está no local há uma série de anos, mas vão ser encetadas conversações para os ditos armazéns serem retirados do local. Disse que o Plano não tem zonas urbanizáveis, porque aposta na renovação urbana. Referiu que o facto da Vila ter aguentado a perda de população da Freguesia, deve-se ao Município ser detentor de muitas parcelas de terreno em Bensafrim e ter



contribuído para a construção de habitação social e para a construção de habitação a custos controlados, o que levou à fixação de população na Vila.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que se devia perceber a causa que levou a Freguesia de Bensafrim a estagnar, em termos de crescimento de população, uma vez que o mesmo não se verificou noutras Freguesias do Concelho, apesar de muito ter sido feito em Bensafrim.-----

-----O Sr. Eng. Silva, Director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal, disse que os resultados que vão sendo conhecidos, têm que ser estudados e trabalhados, para de facto se perceber o que se passou, no sentido de ajudar na elaboração do Plano. Em relação à Freguesia de Bensafrim, disse que as perdas foram significativas no solo rural e não no núcleo da Freguesia, ou seja, na Vila, e essa perda deve-se ao facto do solo rural estar muito condicionado imperativamente, uma vez que se trata de solos REN e RAN. Disse que o que está em Plano dá garantia de bom desenvolvimento para a Vila de Bensafrim, que é um ponto fundamental em conjunto com as outras Vilas do Concelho, no PDM.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD), aproveitando a presença do Sr. Eng. Silva, realçou o bom trabalho desenvolvido pela equipa técnica da Câmara Municipal, no âmbito do desenvolvimento urbanístico do território na ausência de Planos. Perguntou o que estava consagrado e qual era a solução para a área onde estão construídos os armazéns já mencionados anteriormente.-----

-----O Sr. Eng. Silva, Director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal, disse que os Planos regem-se por princípios de bom senso e de facto as edificações em causa não estão bem lá e o destino mais provável é a retirada das edificações da actual localização, há medida do que for possível fazer desaparecer e é aí que entra o bom senso.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o Plano não releva o que antigamente eram as traseiras da Aldeia e que agora é o sítio mais nobre da Vila. Referiu que a ideia é negociar com todos os interessados, que têm espaços que não estão a utilizar conforme a autorização concedida. Referiu que vai haver um espaço de tempo de três anos para resolver a situação com bom senso, se este prazo passar a Câmara poderá impor o seu bom senso e obrigar a retirada de tais edificações, com uma alteração ao Plano, dado que ao fim de três anos o Plano pode ser alterado.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o Plano levou catorze anos a ser feito e esse tempo deveria ter sido suficiente para resolver a situação, deixando no Plano a solução para este problema relacionado com as edificações mencionadas, e não deixar andar o assunto, como parece que está a ser feito. Referiu ainda que situação idêntica verificou-se com o Plano da Meia Praia.-----

-----A Sra. Filomena Sena (CDS) disse que este Plano levou imenso tempo a ser elaborado e resulta num Plano casuístico, uma vez que vão ser analisados os casos um a um, pelo que não decifrava arrojo no Plano apresentado, não vendo nenhuma área de expansão. Disse não saber se o bom senso das pessoas seria suficiente para levar o Plano a bom porto, no entanto fazia votos para que sim, apesar das dúvidas



Fl. 61v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

que tem.-----
-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a Câmara se identificava com os princípios e com as soluções constantes no Plano. Lamentou a posição do PSD sobre o Plano, uma vez que o PSD teve catorze anos para colocar a questão nos locais próprios e para dar uma solução para a questão, coisa que, ainda mesmo nas suas intervenções de hoje, não o fez. Lamentou ainda o facto do PSD ter comparado esta situação com a da Meia Praia. Disse que as questões levantadas não colocam em cheque o Plano em causa.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PSD fez uma análise crítica do Plano apresentado, não tendo colocado em causa a conduta de quem quer que seja e sentiu-se incomodado com algumas acusações feitas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Referiu que a questão levantada no debate, tinha-o sido, igualmente, aquando da discussão pública do Plano. Em relação a uma solução para a questão disse que a mesma já tinha sido dada noutra fórum pelo PSD, mas o Grupo não tem conhecimentos para apresentar uma solução que tivesse cabimento no Plano.---

-----Posto isto foi a proposta de **PLANO DE PORMENOR DE BENSFRIM**, colocada à votação.-----

-----DELIBERAÇÃO Nº 54/AM/2011:

-----Apreciada a Proposta do Plano de Pormenor de Bensafirim, foi deliberado, por unanimidade, nos termos do nº 1 do artº 79º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro, **aprovar** o Plano de Pormenor de Bensafirim, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Ordinária realizada no dia 6 de Julho de 2011.-----

-----Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da Sala o Deputado Municipal, Sr. Fernando Marreiro.-----

-----**PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Deputados da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de actas sob o número D-503-21.-----

-----A Sra. Manuela Goes (BE) perguntou porque é que os painéis solares das piscinas municipais não foram colocados na cobertura e se os limites do *green* do golfe dos Palmares tinham sido respeitados. Disse que a Meia Praia, com o encerramento do acesso pelos Palmares, fica reduzida a metade, pelo que perguntou se a Câmara estava disposta a perder parte da Meia Praia em prol dos Palmares.-----

-----A Sra. Maria Fernanda Afonso (PS) referindo-se à renúncia do mandato da Dra. Maria Joaquina Matos, como Vereadora da Câmara Municipal de Lagos, que exerceu o cargo de Vice-Presidente, disse o seguinte, em nome do Grupo Municipal do PS: “A Dra. Joaquina Matos exerceu o seu cargo da forma mais nobre com que se pode exercer qualquer cargo político., com ética e humanismo. O nosso bem haja por todo o empenho, disponibilidade, voluntarismo, solidariedade permanente com que desempenhou as suas funções a bem dos lacobrigenses, pelos lacobrigenses e por Lagos.”. Perguntou o motivo pelo qual a Biblioteca Municipal encerra no mês



de Agosto, o porquê de não ter sido aberto o Mercado dos Escravos durante o período da noite durante o Verão e os fundamentos que levaram a agraciar os cidadãos Prof. Doutor João Baptista Nunes Pereira Neto o Dr. José Vieira Calado e o Dr. Florival dos Santos Abundância.-----

-----O Sr. Luís Bandarra (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere), aproveitando a presença do Sr. Eng. Silva, agradeceu o apoio dado pelo Departamento, dirigido pelo Eng. Silva, ao lançamento do concurso da sede da Junta de Freguesia. Referiu que Odiáxere ficou mesmo sem praia, na sequência das obras dos Palmares.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) começou por dizer que a Informação repete algumas informações ao longo do seu conteúdo. Perguntou sobre o ponto da situação do Projecto denominado Eriksson, do campo de golfe de Espiche, do PDM, da variante de Odiáxere, das áreas de serviço para auto-caravanas e da recarga da praia da D. Ana. Solicitou ainda, mais informações sobre a última reunião dos Presidentes de Câmara do Algarve na AMAL.-----

-----O Sr. João Bravo (PSD) solicitou mais informações sobre a reunião entre a Câmara Municipal, a Direcção Regional de Educação do Algarve e a empresa Parque Escolar sobre a Escola Secundária Júlio Dantas e a EB 2, 3 n.º 1 de Lagos, sobre a reunião entre as Câmaras do Algarve e o Ministro da Administração Interna e se nesta reunião foi abordado o problema da Esquadra da PSP de Lagos, em termos de efectivos e sobre o denominado Projecto Eriksson. Sobre a requalificação da EN 125, perguntou se o que está a ser executado corresponde ao plano apresentado há cerca de três anos, uma vez que não lhe parece que o que está a ser feito em Almádena estivesse no Plano apresentado, dado que o trânsito entre Lagos e Sagres tem fluidez com a sinalização existente e agora, com o tipo de rotundas que estão a ser feitas, poderá alterar, para pior, essa fluidez.-----

-----O Sr. Pedro Santa Rita (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da Luz) congratulou-se com a presença de José Vieira Calado, na lista de propositos a louvores dados pela Câmara Municipal.-----

-----A Sra. Clara Rato (PS) perguntou que tipo de requalificação vai ser feita no edifício do Mercado dos Escravos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, informou que os painéis nas piscinas municipais, não foram colocados na cobertura porque a mesma não os suportava. Disse que o Município de Lagos não perde praia porque até à Ria de Alvor a praia pertence ao Município de Lagos e os Palmares ainda não compraram praia nenhuma, nem vão comprar. Sobre a ocupação do *green* dos Palmares disse que o mesmo respeita o proposto. Subscreveu, em nome do Executivo do PS, as palavras proferidas pela Sra. Maria Fernanda Afonso, sobre a Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal, acrescentou que foi com muita pena que viu a Dra. Joaquina Matos renunciar ao mandato, mas compreende as razões e respeita o trabalho desenvolvido, tendo sido um exemplo muito honroso para Lagos, de entrega à causa pública. Ainda sobre a Dra. Maria Joaquina Matos e em jeito de provocação/brincadeira disse que a mesma foi quase como um homem. Informou que a Biblioteca Municipal encerra em Agosto porque é a altura mais propícia para



Fl. 62v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

fazer os arranjos e limpezas necessários e que o Mercado dos Escravos, assim como o Museu Municipal não estiveram abertos de Verão à noite por falta de pessoal. Disse que a Câmara Municipal só tinha aprovado a atribuição de um Louvor a José Vieira Calado e não mais, mas outros nomes foram equacionados. Referiu que o Departamento de Planeamento deu todo o apoio à Junta de Freguesia de Odiáxere no processo de construção da sua sede, assim como vai dar à NECI na construção das novas instalações uma vez que existem determinados procedimentos exigidos pelas entidades que as Juntas de Freguesia e outras entidades não têm capacidade para as cumprir. Sobre a Variante de Odiáxere informou que estava para breve o início da discussão pública. Em relação à reunião das Câmara com a AMAL disse que as conclusões da mesma estão na Informação, mas os municípios do Algarve não estão bem a nível de saúde financeira e por isso muitos estão a ponderar elaborar um Plano de Saneamento Financeiro. Sobre áreas de serviço para auto-caravanas, aproveitou para endereçar convite a todos, para a inauguração, no dia 8 de Outubro, da área de serviço junto ao Estádio Municipal. Disse que a recarga da D. Ana é um processo que não teve andamento, tendo a Câmara feito esforços, junto da Sra. Ministra e do INAG. Em relação à reunião sobre as escolas, disse que da mesma tinha saído a conclusão de que não é necessário construir uma nova escola nas antigas instalações da EB 2, 3 n.º 1 de Lagos, uma vez que as obras da Júlio Dantas consegue absorver as turmas que estão colocadas a mais na escola Tecnópolis. Disse que a Câmara deu parecer favorável às intervenções na EN 125, acrescentando que as rotundas são criadas para evitar situações de conflito nos cruzamentos. Sobre os efectivos para a Esquadra de Lagos, informou que tinha a Câmara Municipal solicitado ao Ministro da Administração Interna a colocação de mais dez efectivos na Esquadra.-----

-----A pedido do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Eng. Silva, Director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal, sobre o golfe de Espiche, informou que houve finalmente, condições para que o processo fosse regularizado, estando na Câmara Municipal, para efeitos de licenciamento, o projecto de campo de golfe, igual ao projecto sujeito a parecer favorável, no âmbito do impacto ambiental, ou seja, o processo está com o final à vista. Em relação ao centro de estágio em Bensafirim, vulgo projecto Eriksson, disse que a proposta apresentada há cerca de um ano e meio à Câmara Municipal, era demasiado imobiliária para o objectivo pretendido, uma vez que se trata de um projecto estruturante contemplado no PROTAL; tendo o promotor reformulado o projecto o mesmo está a ser apreciado pela CCDR para depois ser deliberado como projecto de interesse público pelos Órgãos Autárquicos, para seguir um percurso denominado de Núcleo de Desenvolvimento Económico, sendo esta uma figura que precisa de passar para a consagração do PDM. Disse ainda que este centro de estágios terá a sua vertente imobiliária, que complementar a desportiva e que terá a designação de Núcleo de Desenvolvimento Turístico. Referiu que o PDM está, na sua opinião, na fase final e que a razão para o grande atraso tem a ver com a grande carga legislativa que tem sido publicada no âmbito dos PDM's nos últimos anos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que o PDM de



Lagos, nos moldes em que está a ser feito, vai ser o primeiro a consubstanciar as soluções do PROTAL, no Algarve, já que ainda nenhum Município se adaptou ao PROTAL. Em relação ao edifício do Mercado dos Escravo, informou que o edifício não é do Município e não sabiam, muito bem, de quem era. Referiu que há um acordo com o exército para o rés do chão e está a decorrer uma candidatura para a continuação da musealização do Mercado dos Escravos para o primeiro andar, sendo prioritária a obra de recuperação do telhado.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 4 de Outubro de 2011, às 20 horas e 30 minutos, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, ainda no Ponto Dois da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 23 minutos, da madrugada do dia 27 de Setembro, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....
.....
